

RESUMO

Este relatório de avaliação tem como objeto o Programa “Saúde Para Todos”, PSPT, executado pelo Instituto Marquês de Valle Flor em São Tomé e Príncipe, durante os anos de 2005 a 2015.

A avaliação abordou as categorias de relevância, eficácia, eficiência, impacto, sustentabilidade e governação.

Quanto à relevância concluiu-se que as atividades (propostas e realizadas) do programa foram de grande relevância: i) para o padrão de saúde-doença da maioria da população de STP; ii) para o potencial de funcionalização de rede periférica de cuidados de saúde e sua utilização regular pela população; iii) para rentabilizar possibilidades de tratamento de especializado de doenças exigindo recursos inexistentes em STP.

No respeitante à eficácia, o Programa “Saúde Para Todos” foi excelente, uma vez que regista, em geral e ao longo do tempo, um aumento do volume dos Cuidados Primários de Saúde, com que se tinha comprometido inicialmente, e do volume dos serviços produzidos.

No que concerne a eficiência, realizou as suas atividades: i) com baixo custo; ii) com produtividade das missões de especialidade; iii) com um fluxo financeiro entre Lisboa e São Tomé que permitiu realizar a tempo pagamentos, aquisições e contratações.

O impacto do Programa “Saúde Para Todos” evidencia-se: i) pela disponibilidade e acessibilidade a cuidados de saúde, básicos e de especialidade; ii) por ter tornado mais equitativa essa acessibilidade, ao capacitar as unidades sanitárias periféricas para atender às populações ruralizadas. Embora seja difícil explicitar e comprovar que as melhorias no estado de saúde da população de STP possam ser atribuídas ao Programa, é razoável deduzir que as atividades preventivas (eficazes e em elevada cobertura) sobre grupos de maior risco (crianças, mulheres em idade fértil) e a acessibilidade de cuidados curativos (reduzindo a frequência de complicações intratáveis) atuaram num contexto em que os outros factores relevantes (condições de vida, alimentação e pobreza) não melhoraram; nenhuma outra explicação plausível existe para a posição privilegiada dos indicadores de saúde em STP em relação às médias de Região Africana da OMS e dos países vizinhos.

A sustentabilidade do Programa foi dificultada por um conjunto de condições: i) a falta de documentos de políticas nacionais de saúde (e de recursos humanos para a saúde); ii) as limitações na participação financeira do Governo de STP para a implementação regular dos

cuidados básicos de saúde; iii) a ausência de mecanismos de coordenação entre o Ministério da Saúde de STP e os parceiros de cooperação. Acresce que as ações de capacitação e formação executadas pelo Programa: i) se limitaram a melhorias na capacidade de gestão nos Distritos de Saúde; ii) não conseguiram complementar as missões de especialidade com missões de formação formal e regular.

A governação do Programa “Saúde para Todos” apresenta deficiências institucionais, funcionais e de imagem. A inexistência de instrumentos de acompanhamento político, regular, entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal e o Governo de STP, assim como a ausência de monitorização do globalmente acordado, naturalmente que não foram supridas pela apresentação, regular e em tempo, dos relatórios de atividade, pela entidade executora. Se bem que governação do Programa pelo IMVF tenha sido correta e adequada, contribuindo decisivamente para a apropriação das atividades pelo Ministério da Saúde de São Tomé e Príncipe, este não cumpriu as suas responsabilidades institucionais nem funcionais. A não identificação, quer pela população, quer por responsáveis, do Programa à Cooperação Portuguesa, evidencia uma falha maior, colmatada pelo IMVF.

Considera-se que o conjunto das intervenções do Programa: i) responderam ao contexto de determinantes de saúde e necessidades de cuidados identificados na população de STP; ii) realizaram cuidados primários eficazes à escala de todo o País, contribuindo para indicadores de estado de saúde inesperados para as condições de pobreza de STP; iii) realizaram este conjunto de cuidados primários bem como as missões de especialidades por profissionais portugueses com elevada eficiência e contenção de custos; iv) contribuíram para a solução de diversos problemas médicos que ultrapassavam as capacidades do Hospital Central Dr. Ayres de Menezes.

As atividades do PSPT realizaram-se num ambiente de ausência de políticas claras de saúde e recursos para o Sector Saúde, em STP.

Foram identificadas ineficiências na área da coordenação com a administração de saúde pública de STP, que são parcialmente responsáveis pelos problemas na sustentabilidade e fraca governação.

Podemos, no entanto, concluir numa avaliação global, que o Programa “Saúde para Todos” realizou um conjunto abrangente de intervenções à escala nacional de STP, relevantes para os determinantes e necessidades de saúde, com eficácia de intervenção e potencial de atribuição dos bons indicadores de estado de saúde, que foram inesperados no contexto de

pobreza de STP. Além disso, conseguiu realizar esses resultados com eficiência de uso de recursos e custo relativamente modesto.

São feitas recomendações quanto a uma eventual fase de transição para a apropriação pela administração de saúde pública de STP, e os mecanismos indispensáveis de controle de execução.

É considerado que a interrupção da anterior atividade regular da rede de cuidados primários pode ter consequências sérias para a população de STP, e pode mesmo assistir-se à reversão dos sucessos obtidos nas últimas décadas nos indicadores básicos de saúde.